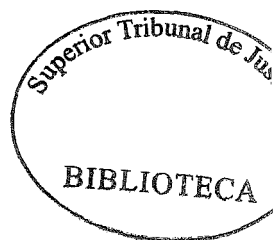


---

Anais  
do  
Seminário

*Vilvana Damiani Zanellato*  
Assessora da Presidência no Tocante às  
Atividades Específicas  
Matrícula 3287

# Aspectos Jurídicos e Econômicos da Sonegação Fiscal



Hotel Summerville Beach Resort - Porto de Galinhas - Ipojuca/PE

26 a 29 de maio de 2005

**IMTS – Instituto dos Magistrados dos Tribunais Superiores**

**ESMAF – Escola de Magistratura Federal da 1ª Região**

**EMARF – Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região**

**EMAG – Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região**

**EMAGIS – Escola da Magistratura do Trib.Reg. Federal da 4ª Região**

**ESMAFE – Escola de Magistratura Federal da 5ª Região**

---



**Ministro**  
**João Otávio de Noronha**  
Superior Tribunal de Justiça

## **Apresentação**

---

As reuniões da magistratura com os vários setores da economia, nas quais se expõem atividades e se desenvolvem debates abertos e francos, tem propiciado aos magistrados a aquisição de conhecimento a respeito dos múltiplos aspectos que envolvem questões que enfrentam, favorecendo a correta aplicação do direito.

A informalidade, o contrabando, a contrafação e a lavagem de dinheiro assumiram dimensões consideráveis, razão pela qual as Escolas de Magistratura das cinco regiões da Justiça Federal e o Instituto dos Magistrados dos Tribunais Superiores promoveram um seminário que reuniu ministros e desembargadores federais, dirigentes de órgãos da Fazenda e da Justiça, executivos de empresas, juristas e economistas para exporem e debaterem os aspectos jurídicos e econômicos da sonegação fiscal.

No Brasil, tolera-se a economia informal, que, justificada pela falta de empregos, assume enormes proporções – no Governo, há 15% de trabalho informal; na construção civil, 60%; 98% das empresas com até cinco empregados são informais; o setor agrícola é basicamente informal; nas principais ruas das maiores cidades brasileiras, barracas vendem, tranqüilamente, mercadorias piratas e contrabandeadas.

Atividades econômicas com grande participação no PIB e que sofrem a incidência de elevadas taxas de impostos, como a produção de cigarros, bebidas e combustíveis, atraem as quadrilhas do crime organizado, as quais, sonegando tributos, comercializam produtos com preços altamente competitivos para nossa população, que, por apresentar renda *per capita* baixa, é bastante receptiva a produtos adulterados e de baixa qualidade.

Trinta por cento do mercado de cigarros são ilegais, o que representa a sonegação de cerca de um bilhão de reais. Quanto às bebidas, a sonegação é ainda maior. No mercado de combustíveis, preços mais baixos são conseguidos em virtude de adulteração da gasolina, contestação da tributação, produção clandestina, contrabando e práticas irregulares.

---

---

Um ajuste fiscal é indispensável para o investimento, que gera desenvolvimento e reduz o desemprego.

Segundo as empresas, a informalidade – que dificulta o processo de ajuste fiscal e reduz a arrecadação tributária – deve-se à elevada tributação sobre o setor produtivo, à burocracia para abrir e fechar empresas e à sensação de impunidade que decorre de uma fiscalização insuficiente.

Ante a escassez de recursos, os órgãos governamentais têm procurado se aparelhar para combater a sonegação.

A Procuradoria da Fazenda Nacional, com mais de dez procuradores atuando ativamente no STJ, tem sofrido a perda de muitos advogados para outras carreiras jurídicas – tais como a Magistratura, o Ministério Público e a Advocacia-Geral da União –, em face da baixa remuneração que percebem, a despeito de serem responsáveis por milhares de processos. Muito se tem feito para a diminuição de litígios, seja em proposta de legislação autorizando a Procuradoria não contestar, seja para reconhecer a prescrição intercorrente. Dos 370 bilhões de reais de créditos públicos, na verdade, menos de trinta por cento são recuperáveis.

A Receita Federal tem procurado, de forma efetiva, utilizar seus recursos para fiscalizar os grandes contribuintes, desenvolvendo, para isso, equipamentos de contagem de produção. Com a utilização da melhor tecnologia disponível, são mantidos bancos de dados alimentados por quase uma centena de fontes de informações, os quais permitem controlar cartões de crédito, movimentações financeiras, atividades imobiliárias, compensação de tributos, bem como monitorar áreas rurais por meio de imagens de satélite. Além disso, com o desenvolvimento de inteligência artificial, pode-se cruzar dados de declarações e realizar operações de combate ao contrabando, sobretudo na Ponte da Amizade.

O Ministério da Justiça criou um departamento para recuperação de ativos e de cooperação internacional, que está implementando tratados para quebra de sigilos, identificação e bloqueio de valores. Atualmente, 300 milhões de reais já se encontram bloqueados.

O crime organizado, por meio da prática de ilícitos, acumulou valores extraordinários e estendeu seus tentáculos aos três Poderes da República, nos quais foram verificadas práticas de corrupção. Muitos bilhões de dólares encontram-se depositados em paraísos fiscais. As remessas são facilitadas pelo câmbio paralelo e pela lavagem de dinheiro, a qual será enfrentada pela legislação que está sendo preparada para crimes antecedentes.

---

---

Para derrotar o crime organizado é indispensável que todos os órgãos responsáveis compartilhem seu conhecimento sobre informação, tecnologia, inteligência, bolsa de valores, câmbio e mercado de capitais.

As exposições que compõem estes anais constituem valioso acervo de informações sobre a informalidade, contrabando, contrafação e sonegação fiscal, assim como as propostas para combater tais práticas.